

Do problema do discurso feminino em literatura

Ana Beatriz Affonso Penna
Universidade Federal Fluminense

Resumo

O presente artigo tenciona tratar do problema do discurso feminino em literatura. Para esse fim, faz um levantamento crítico das distintas noções do feminino através de diferentes correntes do feminismo, a fim de pensar a validade desse termo nas práticas discursivas do literário.

Palavras-chaves: feminino; feminismos; agenciamento; literatura.

Abstract

The present article intends to approach the problem of feminine discourse in literature. In order to do so, it draws up a critical inventory of the distinct concepts of the feminine throughout different feminist schools to think about the validity of term to discourse practices of the literary.

Keywords: feminine; feminism; agencying; literature.

É comum que revistas literárias, ao lançar edições destinadas ao tópico *literatura e mulher*, peçam a colaboração de artigos que tratem de autoras que socialmente se identificam com o gênero feminino. Tal direcionamento, que pode ser lido como uma forma de enfrentamento das relações desiguais no estabelecimento de um cânone, em que é notável a prevalência de autores homens oriundos de lugares econômica e politicamente privilegiados,¹ é alvo de críticas várias. Há aqueles que se preocupam com as consequências das políticas afirmativas; há também os que criticam em literatura a identificação entre autor e narrador ou eu-lírico; e há quem veja a própria noção de gênero como problemática.

Quando pensei em escrever sobre o registro discursivo feminino na literatura, a primeira questão que se pôs foi o que se poderia entender como feminino em discurso. O discurso de um eu-lírico marcado pelo feminino de autoria de uma mulher é mais autenticamente feminino do que o de um autor homem? O lugar de enunciação de uma autora é o mesmo de um autor? Afinal, o que entendo por feminino?

¹ Em exaustiva pesquisa quantitativa que analisou 258 romances brasileiros publicados entre 1990 e 2004 pelas editoras mais expressivas do setor – Companhia das Letras, Rocco e Record –, a professora da Universidade de Brasília Regina Dalcastagnè revelou que quase três quartos dos romances publicados (72,7%) foram escritos por homens; 93,9% dos autores são brancos; o local da narrativa é a metrópole em 82,6% dos casos; e os negros surgem quase sempre como marginais, e as mulheres como donas de casa ou prostitutas (DALCASTAGNÈ, 2012).

Quando digo mulher em discurso, logo gostaria de atentar para o entendimento da enunciação como expressão linguística semantizada por um sujeito não essencialmente definido, que possui as suas condições de discurso atravessadas por manifestações sociais, históricas e ideológicas, evitando assim qualquer compreensão que sugira propriedades imutáveis ao ser socialmente reconhecido como mulher. Negar a essencialidade do feminino obriga-me a deparar com a *écriture féminine*, movimento teórico nascido no início dos anos 1970 que se notabilizou por sugerir uma analogia entre a existência de uma autora mulher e a produção de uma escrita inerentemente “feminina”. Entretanto, ainda que essa linha teórica tenha sido responsável por abordagens relevantes para os estudos literários e de gênero, a corrente de modo geral não pensa como problema o fato de uma abordagem que parte do princípio da essencialidade feminina só pode devolver aos estudos de gênero a consagração de uma já existente imagem social de mulher. Afinal, tendo em vista a diversidade de contextos econômicos, culturais e psicológicos nos quais a posição mulher se insere, o único denominador comum a que se poderia recorrer para ancorar a essencialidade dessa posição seria o discurso fisiológico. No entanto, uma visão exclusivamente biológica da existência do gênero não é suficiente para descrever o processo de criação da mulher como categoria social, conforme já alertava a existencialista Simone de Beauvoir: “Uma sociedade não é uma espécie: nela a espécie realiza-se como existência [...]. Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza” (1970, p. 56-57).

A proposta do “eterno feminino”, com uma dinâmica de funcionamento similar aos conceitos de “alma negra” e “caráter judeu” (BEAUVOIR, 1970, p. 8), tem-se mostrado às mulheres uma armadilha que apenas pode oferecer-lhes o que elas já possuem como seu, uma vez que o discurso da essencialidade feminina pode servir ao reforço de estereótipos, perdendo-se assim um espaço valioso para a experimentação do gênero. Há também o problema da representatividade, já que a definição do feminino como essência gera uma disputa pela predicação dessa substância, tornando, portanto, a demarcação de uma essência um processo repressor e excludente, como aponta Judith Butler ao mencionar os aspectos colonizadores de teorias feministas universalistas (BUTLER, 2014, p. 21).

Na coleção de ensaios *The Straight Mind and Other Essays* (1992), a teórica feminista Monique Wittig buscou no conceito de *categoria sexual* uma forma para pensar a existência social do gênero feminino e o dispositivo pelo qual o feminino como identificação foi aplicado a determinados corpos. Por categoria sexual, Wittig entende um grupo com interesses que diferem de outros grupos no interior da sociedade devido à posição que ocupam dentro de um regime produtivo de heterossexualidade pautado na reprodução. Aproximando-se do conceito de classe marxista, Wittig afirma que a ideologia de diferenciação sexual não está no terreno do biológico, mas do sócio-histórico, uma vez que é a opressão que cria o sexo e não o contrário (1992, p. 2). Segundo Wittig, as características comuns que as mulheres partilham são resultado da repressão que sofrem

como categoria e não de uma essencialidade feminina, sendo importante para a teórica salientar a mulher como um produto de relações sociais que gera uma formação imaginária (WITTIG, 1992, p. 14). Ainda que a noção de uma repressão comum, assim como de características partilhadas, seja problemática se avaliarmos as diferentes formas de manifestação do poder nas diversas realidades em que as mulheres se inserem, interessa-me em Wittig a visão de um dispositivo de identificação de corpos que os determina como femininos ou masculinos. Ou seja, ainda que a meu ver não existam predicados contínuos para a definição do feminino, existe na sociedade um dispositivo em geral eficaz que identifica corpos como femininos ou masculinos, de tal forma que um homem e uma mulher é uma questão autoevidente para muitas pessoas. Para a teórica, essa autoevidência é oriunda da criação da categoria sexo, tomada como “um dado imediato, ‘um dado sensível’ ou ‘características físicas’ pertencentes à ordem natural” (WITTIG, 1992, p. 48). Assim, o que se pensa como uma percepção física direta é em verdade para Wittig “uma construção mítica e sofisticada, ‘uma formação imaginária” (WITTIG, 1992, p. 48). A delimitação erógena do corpo (pênis, seios, vagina etc.) seria, portanto, um modelo normativo de diferenciação que cria uma integridade corporal capaz de conferir coerência ao corpo sexuado (WITTIG, 1992, 48). Como consequência, seu programa feminista prevê a destruição do regime reprodutivo de heterossexualidade pelo distanciamento radical dos contextos heterossexuais, em que o corpo lésbico ou *gay* se tornam chaves de ruptura (WITTIG, 1992, p. 70).

Como aponta Butler, um dos problemas da teoria de Wittig é crer em certo purismo do regime de heterossexualidade, uma compreensão dele como um sistema total (BUTLER, 2014, 175), pois, para Butler e Lacan, a heterossexualidade seria “um sistema compulsório e uma comédia intrínseca, paródia constante de si mesma” (BUTLER, 2014, 176). Dessa maneira, a ruptura homossexual total com o regime de heterossexualidade também seria uma idealização, já que uma observação mais detida do contexto homossexual permitiria ver que nele existe a apropriação de categorias heterossexuais,² ainda que nessas opere um deslocamento. Isso leva Butler a afirmar que “o poder não pode ser retirado nem recusado, mas somente deslocado” (BUTLER, 2014, p. 179) e que, a seu ver, “[...] o foco normativo sobre as práticas lésbicas e *gays* deve recair sobre o deslocamento parodístico e subversivo do poder, ao invés da fantasia impossível de sua completa transcendência” (BUTLER, 2014, p. 179).

Outra questão ainda mais problemática em Wittig é uma apropriação parcial de sua teoria para fins programáticos no mínimo duvidosos. No cenário feminista brasileiro, há no momento a divisão acalorada entre dois programas: o programa *Radfem* e o programa transfeminista. *Radfem* é redução de *Radical Feminism*, um movimento que surge da segunda onda feminista nos anos 1960 com grande influência do pensamento de Wittig, o qual afirma a sociedade como um regime

² A categorização dos sujeitos como lésbicas *ladies*, caminhoneiras ou *gays* fechativas, pintosas, bofes é um exemplo desse processo de apropriação.

heterossexual patriarcal que divide homens e mulheres em categorias sexuais distintas, sendo a categoria sexual masculina opressora da feminina. No entanto, em 1973, o *Radical Feminism* americano sofreu uma cisão por causa de um incidente na West Coast Lesbian Conference, em que a apresentação de uma cantora *folk* transexual, Beth Elliott, foi motivo de disputa, uma vez que muitas feministas no local alegavam que a cantora, por conta de seu processo de socialização como homem, em virtude de seu aparelho genital, não estaria na mesma categoria sexual delas, tratando-se portanto de um opressor mascarado em pele de oprimido (STRYKER, 2008, p. 103-105). Além disso, relatos de uma ativista lésbica sobre uma série de opressões praticadas por Elliott, inclusive sexuais, acirram a tensão na conferência (STRYKER, 2008, p. 103-105). Dessa cisão nasceram as *Trans Exclusionary Radical Feminists* (TERFs), um movimento que programaticamente nega a participação de mulheres transexuais em movimentos feministas, pois essas estariam na categoria sexual dos opressores.

No Brasil, a corrente das *Trans Exclusionary Radical Feminists* não é ideologicamente diferenciada do *Radical Feminism*, sendo ambos os movimentos na maioria das vezes tratados como sinônimos. O problema dessa sinonímia é que o apelo determinista ao aspecto biológico das *Trans Exclusionary Radical Feminists* é em certa medida incompatível com o conceito de sexo de Wittig enquanto construto. Para as TERFs, a categoria sexual, fundamentada na biologia, é que determina o sujeito do feminismo, não havendo a necessidade de destruir a noção de categoria sexual, mas sim destruir a categoria sexual que as oprime. Já para Wittig, romper a categoria sexual como epistemologia válida é o modo pelo qual se efetiva a queda do regime de heterossexualidade. As TERFs, ao apresentar o problema do patriarcado como uma questão de conflito de categorias sexuais opostas pautadas num reconhecimento biológico, acabam por silenciar, por exemplo, a violência doméstica entre casais de lésbicas, um tipo de violência que, segundo Ana Cristina Santos (2012, p. 5), alcança índices de 11% a 12% (TJADEN; THOENNES, 2000; ROSE, 2003 *apud* SANTOS, 2012, p. 5), em comparação com uma taxa de 22% a 46% em outros estudos (ELLIOT, 1996; WALDNER-HAUGRUD *et al.*, 1997 *apud* SANTOS, 2012, p. 6). Ou seja, o lema “entre mulheres isso não acontece” prova-se um mito perigoso ao silenciar práticas abusivas. Assim, o reconhecimento de que práticas abusivas tradicionalmente patriarcais podem continuar existindo no interior de uma categoria sexual oprimida, mesmo que mobilizada contra a dominação patriarcal, desestabiliza a noção do sujeito do feminismo das TERFs. No entanto, a ruptura da categoria sexual como epistemologia válida defendida por Wittig não necessariamente resolve o problema da representatividade para fins, por exemplo, de políticas públicas e canônicas.

Se, por um lado, o processo identitário adquire contornos autoritários e excludentes, o que se observa na formação de grupos minoritários é que esse processo surge em resposta a um processo identitário anterior que constitui essas minorias. O processo de identificação constitutivo de negros, indígenas, mulheres, homossexuais, entre outras minorias, como de identificação de atributos, parte de uma perspectiva dominante e instituiu uma tipologia para fins de subjugação.

Exemplifico: a delimitação da substância negra e sua predicação animal, indolente, sexualmente ativa são a construção de um regime racista, ou seja, é um processo identitário anterior a qualquer política de identidade dos movimentos negros, pois ele mesmo é o dispositivo que funda o negro enquanto minoria. Assim, a resposta de certa parcela do movimento negro, ao deslocar tais atribuições para positivá-las ou negá-las, ou ao gerar novas atribuições, não me parece um movimento da mesma ordem que o da identificação escravocrata, pois existe no processo identitário de minoria um movimento que desestabiliza o processo identificatório primeiro. A percepção da identificação como dispositivo gera um agenciamento minoritário que visa destruí-lo; no entanto, se a identificação é a condição para o funcionamento do dispositivo, ela o é também para o agenciamento. Diante desse impasse, em que a identificação é condição de agenciamento, e o agenciamento, condição de ruptura com a identificação, a noção de subversões performativas de Butler pode oferecer uma alternativa.

Segundo Judith Butler, a noção de um “nós” para o feminismo só pode existir como uma construção fantasística (BUTLER, 2014, p. 205). São tantas as variáveis dos dados com que trabalham as teorias da identidade feminista, que suas pesquisas são forçadas a mostrar que as diversas montagens de posições do sujeito (cor, classe, sexualidade, etnia etc.) acabam por reservar um lugar para a indeterminação, expresso graficamente em seus textos pelo termo “etc.” (BUTLER, 2014, p. 206). Para Butler, a mulher como um ente pré-discursivo, o qual, mesmo que enredado na cultura e no discurso, poderia recorrer a um *tópos* fora da significação para constituir-se ontologicamente, não existe (BUTLER, 2014, p. 206). E, ainda que existisse tal *tópos*, penso que não conseguiria imaginar como se daria a procura por essa substância, já que quando nos perguntamos o que é uma mulher usualmente partimos de uma imagem social inteligível de predicados a fim de a confrontarmos com o seus dissonantes, para, a partir desse confronto, chegarmos a um lugar em que, enfrentadas as contradições dos predicados, se encontraria uma constante. Se o método já parte de um quadro epistemológico para o confrontar com aspectos discordantes dentro desse quadro ou até com fraturas, é difícil de acreditar que qualquer precário vislumbre de constante que obteríamos não configuraria nem mesmo as suas fraturas em um modelo de inteligibilidade, portanto, de epistemologia. No entanto, se para Butler não há a possibilidade de uma identidade preexistente a uma epistemologia, tampouco o discurso e a cultura seriam estáveis o suficiente para determinar em absoluto uma substância feminina. O gênero enquanto uma temporalidade social constituída seria uma realização performativa instituída através de atos internamente descontínuos que gerariam uma aparência de substância (BUTLER, 2014, p. 200). Dessa forma, tanto a ideia de uma determinação política e discursiva inerte da identidade de gênero como a ideia de um núcleo psicológico, um espaço interno estruturante que significa/condiciona o corpo a partir dessa interioridade, sendo portanto responsável por abrigar uma identidade de gênero “verdadeira”, são consideradas um empecilho para a análise da constituição política do gênero (BUTLER, 2014, p. 195).

A segunda ideia, hoje muito difundida através da expressão “alma de homem nascido em corpo de mulher/alma de mulher nascida em corpo de homem”, usada para justificar as cirurgias de mudança de sexo ou outros comportamentos julgados anômalos sob a ótica heterossexual reprodutora, procura encontrar uma verdade interior originária, até pré-corporal, para ancorar uma aceitabilidade de práticas corporais desviantes, como se um ente superior, seja divino ou biológico, houvesse cometido um pequeno equívoco no momento da concepção. Como consequência, todos aqueles que não conseguem identificar plenamente suas “almas” com apenas um corpo ou desejo são considerados ainda imaturos em seus quereres ou psicologicamente perturbados. Já a primeira ideia, ao situar a identidade como um ponto dado no tempo, a qual depois de sua fundação “simplesmente existe como uma peça inerte da linguagem criadora de entidade” (BUTLER, 2014, p. 208), ignora que os discursos coexistem e instituem “convergências imprevisíveis e inadvertidas, a partir das quais são geradas modalidades específicas de possibilidades discursivas” (BUTLER, 2014, p. 208). Ainda que não exista um eu anterior à confluência³ de injunções discursivas, para Butler toda significação ocorre através da compulsão à repetição, ou seja, a identidade de gênero apenas existe através da transfiguração de uma imagem, de uma abstração do que seja o gênero. Isso significa que a identidade de gênero pode apenas realizar-se através de cópias, de uma repetição estilizada de atos que se julgam constitutivos de uma imagem gênero, o que gera necessariamente uma reconfiguração e reposicionamento da imagem modelar, uma vez que os modelos são abstrações não realizáveis que apagam a complexidade e multiplicidade das posições a que um eu se sujeita:

O sujeito não é determinado pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição que tanto se oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos substancializantes. Em certo sentido, toda significação ocorre na órbita da compulsão à repetição; a “ação”, portanto, deve ser situada na possibilidade de uma variação dessa repetição. [...] é somente no interior das práticas de significação repetitiva que se torna possível a subversão da identidade. (BUTLER, 2014, p. 209)

E aqui atento para o fato de que em Butler a repetição que produz os efeitos substancializantes da identidade de gênero se dá no espaço do corpo, que já não é visto apenas como um lugar de dominação, superfície na qual se imprime a história, mas também como um agente nesse processo. Com isso não intento apagar o que no corpo foi violenta inscrição pelos termos da história, mas aponto para o que nele foram ruídos, no que nele foi possibilidade de variação. Já não estamos diante de um corpo que precisa se desatar dos constrangimentos de um regime de poder para encontrar sua expressão, pois o corpo não é apenas um silenciamento que, se interrompido, recuperaria sua autenticidade. Os regimes de poder não apenas se instituíram nele,

³ Apesar de na tradução do livro de Butler se utilizar a palavra “convergência”, substituo-a aqui por “confluência” para evitar a ideia de uma tendência de vários aspectos se identificarem em um ponto.

mas também por ele. Dessa maneira, para Butler, o efeito de um núcleo ou substância interna da ficção reguladora da coerência heterossexual é fabricado por palavras, gestos, atuações e desejos que são produzidos na superfície corporal. A identidade de gênero se ancoraria em signos corpóreos e meios discursivos, sendo, portanto, um jogo performativo que “não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade” (BUTLER, 2014, p. 194).

A tarefa então do feminismo seria explorar a identidade como efeito, operando pela repetição subversões performativas. Como resultado, na teoria em questão, a desconstrução da identidade não significaria o abandono da política. O agenciamento, quando desatado de sua busca por um ponto de vista fora das identidades construídas ou pela cristalização de um sujeito de sua luta, não precisaria organizar-se a partir de um conjunto de sujeitos prontos, mas, ao compreender os predicados da identidade enquanto estruturas políticas generativas, utilizar-se-ia dos termos dessa construção para articular outras ações culturalmente inteligíveis que reorientassem esses termos. Com isso, não tenciono dizer que os predicados da identidade de movimentos de minoria não fazem sentido algum e que deveriam todos o mais rápido possível ser superados. Esses são efeitos que, como já mencionado anteriormente, respondem a um movimento primeiro de identificação para fins de subjugação. Quando, por exemplo, um movimento postula como imagem do sujeito do feminismo uma mulher de punho em riste, há a valorização da figura da guerreira, da mulher forte, resoluta, valente. Claro que tais predicados, ao adotar um campo de significação bélico, geralmente atrelado a manifestações do masculino em nossa sociedade, podem agir de forma autoritária e excludente, já que os sujeitos que não conseguem identificar-se com os efeitos dessa imagem podem se sentir aquém das propostas do movimento ou mesmo refutá-las ferozmente por essas violentarem posições discursivas que lhes são muito caras. No entanto, os predicados da mulher de punho em riste obrigam-nos a um deslocamento do feminino e masculino em nosso tecido social, pois, por mais masculinizada que seja a imagem, a repetição dos efeitos bélicos quando postos na figura feminina gera uma destabilização dos campos de efeitos pelos quais a coerência do gênero se instala, pois assim como a imagem da mulher provoca uma intercepção que não permite que os efeitos do punho em riste coincidam com os da belicosidade masculina, a imagem do punho em riste intercepta a da mulher, recusando os predicados de pacificidade e fragilidade associados ao domínio do feminino. Com isso quero dizer que movimentos que recorrem a ferramentas identitárias operam com subversões performativas que são muitas vezes coesivas com a temporalidade social em que se inserem; porém, a solidificação dos efeitos dessas subversões incorre no erro de não avançar na destituição de outros efeitos pelos quais a coerência que permite a marcação dos corpos se efetiva.

Dessa forma, se, ao longo do texto, foi-se pouco a pouco desconstruindo as bases pelas quais se poderia ancorar um sujeito para a substância mulher, até se chegar à ideia do gênero enquanto atos performativos, ainda seria válido postular a noção de um discurso feminino em literatura?

Primeiramente, o que faz essa pergunta ainda ter alguma admissibilidade depois de conjecturada a ficcionalidade do gênero é a persistente distinção binária entre gêneros que está, por

exemplo, demonstrada pelos números da pesquisa de Regina Dalcastagnè,⁴ ou seja, não é porque estamos diante de uma ficção que seus efeitos sob nossas vidas são neutralizados. Por mais fictícia que seja a coerência que amarra os efeitos do feminino, aqui entendido como uma abstração modelar que se materializa por uma realização performativa, seus efeitos são uma ação pública, ou seja, são ações que têm dimensões temporais e coletivas que têm consequências (BUTLER, 2014, p. 200). Contudo, se todo ato discursivo/performativo é regulamentado dentro de uma comunidade discursiva, constituindo-se a partir de possibilidades discursivas socialmente reconhecidas, ainda que seja para delas se distanciar; por outro lado, não se deve perder de vista que os discursos/*performances*, entendidos como uma prática heterogênea contínua que envolve gestos de confrontação, apropriação e reconstrução com as forças intralinguísticas e extralinguísticas, se apresentam no plural, isto é, a inteligibilidade das organizações historicamente específicas da linguagem é insistentemente criada e contestada a partir de confluências, de modo que suas normas reguladoras não seriam assim tão absolutamente coerentes e previsíveis.

Em seu texto “A morte do autor”, Roland Barthes considera que o sujeito que emerge da linguagem não poderia ser concebido enquanto uma pessoa/autor, dado que não existe um sujeito para além da enunciação, para além do código (1987, p. 58). Assim, para Barthes, não haveria uma transparência entre um suposto núcleo psicológico interno e a linguagem, de modo que a língua servisse aos propósitos de expressão do primeiro. A língua, enquanto uma reescritura – afinal, apenas entramos em seu domínio pelo aprendizado das palavras que ouvimos enunciadas pelos outros –, seria em alguma medida, como afirma Barthes em *Aula*, fascista; “pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (BARTHES, 1997, p. 16), de forma que até a mais profunda intimidade que se “tem a pretensão de ‘traduzir’ não passa de um dicionário totalmente composto, cujas palavras só podem explicar-se através de outras palavras” (BARTHES, 1987, p. 58). No entanto, contra aquilo que a língua obriga a dizer, pois sistemática, Barthes postula sua ideia de literatura enquanto lugar de trapaça, competindo a esta um deslocamento sobre o fascismo da língua (BARTHES, 1997, p. 15). Nessa leitura, ao escritor caberia “manter ao revés e contra tudo a força de uma deriva e espera” (BARTHES, 1997, p. 30) no entrecruzamento do “imenso halo de implicações, de efeitos, de repercussões, de voltas, de rodeios, de redentes” que consiste a língua (BARTHES, 1997, p. 17). Como consequência, o texto seria “um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escritas variadas, nenhuma das quais é original” (BARTHES, 1987, p. 58), em que o escritor teria como poder “o de misturar as escritas, de as contrariar umas às outras, de modo a nunca se apoiar numa delas” (BARTHES, 1987, p. 58). Essa trapaça, tal como as subversões performativas de gênero anteriormente discutidas, as quais não presumem a existência de um original a ser criado nem imitado, tem de lidar com o fato de que toda significação ocorre pela compulsão à repetição e que seu deslocamento justamente se

⁴ Ver a primeira nota.

situa na variação das cópias operada pelos jogos de confrontação, apropriação e reconstrução pelas forças intralinguísticas e extralinguísticas do texto.

Assim, ao decorrer das últimas páginas, a questão sobre a pertinência de se ainda postular a validade da noção de discurso feminino em literatura foi acompanhada por dois movimentos. No primeiro, evidenciou-se a linguagem enquanto um sistema, um arranjo de regras, que, apesar de não absolutamente coerente, é capaz de instituir certas garantias de inteligibilidade por obrigar-nos a dizer. Como se pode depreender, o primeiro movimento contribuiu para a noção de um discurso feminino, pois se em nossa sociedade existem padrões de efeitos reforçados a fim de promover o binarismo do gênero, seria perfeitamente cabível que a linguagem, como instância regulada, os tivesse perpetuado em padrões discursivos. Já o segundo movimento assinala o que na primeira proposição é deslocamento. Baseando-se no conceito de Barthes de *trapaça* e no de *repetição subversiva* de Butler, intentou-se mostrar como o fundamento da significação é a obrigação à cópia e que nenhuma cópia pode se realizar identicamente ao original, pois todos os modelos são abstrações irrealizáveis. Dessa maneira, toda repetição é a cópia de uma cópia que está em maior ou menor grau enfrentado suas forças intralinguísticas e extralinguísticas. Segundo esse viés, efeitos de feminino em discurso na literatura estariam sendo permanentemente estilizados pelos deslocamentos, o que gradualmente ameaçaria sua coerência constitutiva.

Adicionalmente, embora as pesquisas que revelam grandes disparidades entre a linguagem de pessoas identificadas com gêneros distintos sejam mais publicitadas, conforme revela Deborah Cameron em seu livro *The Myth of Mars and Venus: do men and women really speak different languages?*, a maior parte da comunidade acadêmica concorda que homens e mulheres não se utilizam da linguagem de maneira tão dessemelhante, fazendo uso das mesmas formas, apenas de maneiras distintas em relação à quantidade, ao contexto e aos resultados obtidos (CAMERON, 2007, p. 170). E, mesmo assim, ainda não é ponto pacífico para os trabalhos linguísticos quais são as características que variam e para que exatas funções elas servem, sendo, por exemplo, a classe social definitivamente um aspecto mais diferenciador nos discursos do que o gênero (HOLMES, 1998, p. 196), conforme assinala Holmes em estudo que apontou que mulheres de um grupo social tinham muito mais similaridades de discursos com homens do mesmo grupo do que com mulheres pertencentes a outras classes sociais. Em geral, as diferenças nos usos dos recursos linguísticos foram mais observadas em relação aos papéis e atividades que cada gênero realiza dentro de uma situação discursiva (CAMERON, 2001, p. 51). Por exemplo, no contexto da família nuclear ocidental, mulheres que são mães tendem a usar de uma linguagem mais mediadora durante refeições familiares, enquanto os pais tendem a estar encarregados de julgar as narrativas contadas e vetar os assuntos indesejáveis (OCHS; TAYLOR, 1995, p. 117), mas isso não significa que é o gênero por si só que delimita quais os recursos linguísticos e para que fins devem ser usados, pois a posição de mãe em presença da paterna durante uma refeição familiar é o fundamental para o desenrolar da situação mencionada. (Se em vez do pai fosse uma tia à mesa,

provavelmente as relações discursivas seriam diferentes). Ou seja, mesmo que enquadrados numa lógica binária de gênero, nossa posição de homens ou mulheres varia de acordo com a situação em que nos encontramos, de forma que nem sempre é adequado para a imagem de mulher que se deseja emular usar palavras afetivas no diminutivo, por exemplo (CAMERON, 2001, p. 50). Dessa maneira, certos recursos linguísticos não são mais frequentes de acordo com o gênero do enunciador, e suas funções, dadas as diversas situações discursivas, são muito variáveis, de forma que imagens e recursos linguísticos precisam estar constantemente se reconfigurando para atender necessidades discursivas muito diversas. Mesmo o silêncio, usualmente interpretado como sinal de passividade ou subjugação, pode ser muito mais eficaz como modo de controlar os rumos de uma conversa do que a fala excessiva (LAKOFF, 1975, p. 27). Em vista desses fatos, não haveria a possibilidade de postular em abstrato a noção de discursos masculinos ou femininos, visto que não existiriam usos determináveis e particulares de recursos linguísticos e funções capazes de ancorar uma coerência linguística geral e distintiva. Apenas existiriam práticas textuais não fixas, as quais, sujeitas a uma temporalidade social e a depender dos papéis e atividades a serem exercidos dentro de uma situação discursiva, poderiam desempenhar efeitos de gênero.

Ainda assim, resta-nos pensar sobre as frequentes acusações a respeito do caráter masculinista da literatura canônica mascarado sob o conceito de universalidade e neutralidade. Claro que a neutralidade/universalidade, conforme aponta Simone de Beauvoir já nas primeiras folhas de *O segundo sexo*, é sempre masculina; pois, a fim de constituir a universalidade enquanto efeito, o sujeito epistemológico masculino, em oposição ao feminino – um “Outro” fora das normas universalizantes, portanto, inexoravelmente particular – foi descorporificado para dar lugar a uma posição abstrata portadora de uma liberdade radical (BEAUVOIR, 1970, p. 5). Contudo, com isso não intento dizer que a suposta universalidade em literatura seria masculina por nela existir uma coerência de recursos linguísticos e imagens capaz de estabelecer um domínio discursivo masculino, pois, como já anteriormente mencionado, não existem formas verbais e imagens que sejam exclusivas de um gênero. Dessa forma, o que me faz pensar que talvez a pretensa universalidade da literatura canônica funcione como uma máscara do masculino não é, como já mencionado, a crença de que nela exista uma coerência de linguagem que se pode identificar como masculina, mas o que nela se interdita.

Como já notório, dadas as restrições que as mulheres tiveram em relação à vida pública, desde acesso ao letramento ao reconhecimento de suas práticas enquanto artísticas, a literatura canônica construiu-se como lugar majoritariamente ocupado por sujeitos socialmente reconhecidos como homens, os quais, para terem pleno direito de exercer as benesses permitidas a esse título, precisavam repetir numa margem de fidedignidade os efeitos desse gênero, ocupando e executando, portanto, posições e atividades discursivas que fossem publicamente condizentes com a *performance* de seu gênero em determinados contextos. Isso implica dizer que uma série de práticas textuais significantes ligadas a posições e atividades discursivas não apropriadas à

performance do gênero masculino foram *em regra*⁵ interditas aos sujeitos reconhecidos com esse gênero ou invisibilizadas quando por eles utilizadas, e, por consequência, também interditas na literatura canônica. Ou seja, a louça por lavar e as trocas linguísticas envolvidas nesse processo não pareciam um *tópos* conveniente a reflexões metafísicas em poesia, ou, nas palavras de Virginia Woolf em seu livro *Um teto todo seu*, romancistas raramente “desperdiçam uma palavra sequer sobre o que se comeu” (WOOLF, 1990, p. 15) fazendo-nos crer que “os almoços são invariavelmente memoráveis por algo muito espirituoso que se disse ou muito sábio que se fez” (WOOLF, 1990, p. 15). Porém, não é minha ambição afirmar que tais práticas textuais são inacessíveis aos homens, como tampouco postularia que os sujeitos reconhecidos como homens não fazem uso dessas práticas textuais na formalização de práticas artísticas, apesar da quantidade de escritores homens que escrevem sobre escritores frustrados egocêntricos que não conseguem escrever um romance deponha um pouco contra a credibilidade de alguns autores. É certo que há muito de fetiche quando se decide “sair” da pretensa universalidade, e que qualquer proposição que estabelecesse tais práticas textuais como *a priori* femininas ou que estipulasse como tarefa dos sujeitos reconhecidos como mulheres a inserção dessas práticas textuais no tecido literário seria descabida, uma vez que o próprio termo *a priori* em gênero não faz sentido e que qualquer dever relacionado a uma imagem de gênero constituiria uma imposição representacional. No entanto, o que a meu ver importa no procedimento que tensiona práticas textuais performativas de gênero no interior do tecido literário é a sua capacidade de desapropriação autodestrutiva, de “um esvaziamento parcial ou integral da propriedade em seu contrário” (ESPOSITO *apud* GARRAMUÑO, 2014, p. 28); o modo como uma constelação de autoras e autores as manejam formalmente de forma a desenhar interdições relacionadas ao gênero, forçando, dessa maneira, confluências discursivas positivamente desconfortáveis que redistribuem os termos da significação. Seja em Camões – que no canto terceiro de *Os Lusíadas*, ao compor a cena que apresenta Inês, intervalo entre os feitos históricos valorosos e o episódio trágico que se segue, o faz com “ervinhas” e “doces frutos” e “sonhos” (CAMÕES, 2000, p. 176), desviando-se das feridas, guerras e amores ardentes que compõem os termos da conquista; ou em Adília Lopes, que, ao emular os contos de fadas em sua poesia, no fígar do dedo num fuso e dormir para sempre (2014, p. 113-114), revela uma inteligibilidade que comunga com a do absurdo do gênero (em que o *nonsense* é mais surpreendente não por não fazer sentido, mas por funcionar) – estamos diante de linguagens que nos colocam uma experiência outra de construção do sensível.

⁵ Ênfase que “em regra” não significa dizer “em absoluto”.

Referências

- BARTHES, Roland. *O rumor da língua* [*Le Bruissement de la Langue*, 1984]. Trad. António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987.
- _____. *Aula*. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo, volume I: fatos e mitos*. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1970.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CAMERON, Deborah. *Working with Spoken Discourse*. London: Sage, 2001.
- _____. *The Myth of Mars and Venus: do men and women really speak different languages?* Oxford: Oxford University Press, 2007.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. 4 ed. Lisboa: Instituto Camões, 2000.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Editora Horizonte / Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.
- GARRAMUÑO, Florencia. *Frutos estranhos: sobre a inespecificidade na estética contemporânea*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- HOLMES, Janet. *An Introduction to Sociolinguistics*. Harlow: Longman, 1998.
- LAKOFF, Robin. *Language and Woman's Place*. New York: Harper and Row, 1975.
- LOPES, Adília. *Dobra: poesia reunida*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2014.
- OCHS, Elinor; TAYLOR, Carolyn. The “father knows best” dynamic in dinnertime narratives. In: HALL, Kira; BUCHOLTZ, Mary (Eds.). *Gender Articulated: language and the socially constructed self*. New York: Routledge, 1995, p. 97-120.
- SANTOS, Ana Cristina. Entre duas mulheres isso não acontece: um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 98, p. 3-24, set. 2012.
- STRYKER, Susan. *Transgender History*. Berkeley: Seal, 2008.
- WITTIG, Monique. *The Straight Mind and Other Essays*. Boston: Beacon, 1992.
- WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1990.

Minicurrículo

Ana Beatriz Affonso Penna é mestre pela Universidade Federal Fluminense em Estudos de Literatura (2013). Sua pesquisa é dedicada aos estudos do texto poético em língua portuguesa e inglesa, com foco na poesia contemporânea. Foi professora credenciada pela Universidade Federal do Amazonas do Plano Nacional de Formação de Professores nas turmas de Licenciatura em Língua Inglesa de 2014 a 2015. No momento é doutoranda em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense e professora substituta no Departamento de Letras e Comunicação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.